

Ata da 19ª Reunião Ordinária da Comissão Permanente Nacional do Setor Mineral - CPNM e da 14ª. Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente Nacional do Mármore e Granito - SPNMG.

Local: Escritório de Representação do Instituto Brasileiro da Mineração (IBRAM) em Belo Horizonte

DATA: 27 e 28 de novembro de 2013

PRESENTES

Bancada do Governo na CPNM: Lênio Sêrvio do Amaral (Fundacentro/MG – Coordenador Substituto da CPNM), Márcia Cristina Lopes (SRTE/ES), Fernando César da Mata Reis (DSST/SIT/MTE) e Alexandre Trajano de Arruda (DNPM). **Bancada dos Empregadores na CPNM:** Cláudia Braga Fernandes Pellegrinelli (CNI), Hércules Romualdo Dias (CNI), Hermano Gomes Machado (CNF), Lindomar Mesquita (CNC), Davi Ribeiro dos Santos (CNI) e Sérgio Luiz Nascimento (CNT). **Bancada dos Trabalhadores na CPNM:** Reginaldo Célio (CUT) e Arnaldo Antunes da Silva (Força Sindical/METABASE/GO). **Bancada do Governo na SPNMG:** Giuseppe Vincenzo De Lorenzo (DNPM/ES). **Bancada de empregadores na SPNMG:** Romildo Ribeiro Tavares (CNI). **Bancada dos Trabalhadores na SPNMG:** Aguinaldo José Grillo (CUT). **Assessores e Convidados:** Carolina De Prá Camporez Buarque (MPT/ES) e Atílio Travaglia (SINDIROCHAS/ES).

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:

Bancada do Governo na CPNM: Mário Parreiras de Faria (SRTE/MG e Coordenador da CPNM), Leônidas Ramos Pandaggis (Fundacentro) e Luiz Eduardo Alcântara de Melo (MPS/INSS). **Bancada de Empregadores na CPNM:** Cleber José Baldoni Gomes (CNC/SIECESC). **Bancada de Trabalhadores na CPNM:** Luiz Aquino (CUT-Nova Lima/MG). **Bancada de Governo na SPNMG:** José Geraldo Aguiar (Fundacentro/ES) e Peterson Augusto Guedes (DNPM). **Assessores e Convidados:** Moacir Gonçalves (CUT), Henrique Nelson Ferreira (SINDIROCHAS/ES).

AUSENTES: **Bancada do Governo na CPNM:** Joanes Silvestre da Cruz (DNPM) e Carlos Augusto Vaz de Souza (Ministério da Saúde); **Bancada dos Empregadores na CPNM:** Paulo Gargano Rocha (CNI), José Fernando Pinto Vidal (CNI) e Benedito Dario Ferraz (CNT). **Bancada dos Trabalhadores na CPNM:** José Osvaldo Roda de Souza (CUT/STIE - Paracatu-MG), José Horta Mafra (CUT/METABASE-Mariana/MG), Ireno Alves dos Santos (CUT/Nova Lima), Valter Adalberto (Força Sindical); João Batista da Silva (Força Sindical), João Aparecido Trevisan Neto (CUT) e Hélio José da Luz (CUT/SINDIMINA/RJ). **Bancada dos Empregadores da SPNMG:** Henrique Nelson Ferreira (CNI) e Sérgio Daneluzzi Azeredo (CNI). **Assessores e convidados:** Djailson Martins Rocha (MPT).

No dia 27/11/2013, em nova reunião da CPNM e da SPNMG, Cláudia informou a ausência do coordenador Mário Parreiras. Foi colocada em questão a substituição de um representante do Ministério do Trabalho e Emprego para coordenar a reunião. Hermano sugeriu que Lênio Amaral fosse o representante, já que o anexo a ser apresentado sobre poeiras minerais é de seu profundo conhecimento e ele poderia defender bem a parte representada, o governo. Alexandre Trajano discordou da sugestão, propondo que a Márcia Cristina coordenasse a reunião, justamente por ser uma pessoa não integrante da composição do conteúdo a ser apresentado. Lênio, em seguida, interferiu, informando que houve solicitação do próprio Mário Parreiras para que ele o representasse na reunião, o que foi, sem demora, acatado pelos demais representantes. Lênio prosseguiu sugerindo o acompanhamento de todos na leitura da ata da 18ª reunião, com as devidas correções a serem realizadas no seu decorrer, trabalho que foi iniciado e concluído com algumas observações, descritas a seguir.

Aguinaldo perguntou como ficaria definida a questão do óleo diesel. Em relação ao aplicativo software “EXAT”, Dr. Davi informou que este é um aplicativo cujo software é de propriedade de outro país. Ele não acredita ser seguro que uma norma amparada por lei brasileira recomende um aplicativo cujo conteúdo possa ser modificado por estrangeiros, o que representaria ausência de autonomia. Lênio, por sua vez, justificou que o software está sendo colocado na norma como sugestão de uso. Foi observado, por outro lado, que textos sugestivos devem constar em notas técnicas e não em normas. De acordo com Lênio, este modelo do software foi sugerido por ser uma ferramenta de fácil utilização, lembrando que a maioria dos profissionais que a utilizaram são de nível médio. Ficou então decidido que a recomendação do aplicativo seria incluída em nota técnica.

Já no final da leitura da ata, houve questionamento sobre seu recebimento e sobre as convocações, momento em que alguns participantes informaram que não receberam o e-mail. Lênio, portanto, sugeriu que todos fornecessem um e-mail alternativo para casos de erro de envio. O coordenador substituto ainda questionou se havia alguma observação em relação à ata. Não havendo mais colocações, ele deu prosseguimento à reunião, sugerindo a leitura da proposta de modificação do Anexo I da NR-22 e lembrando que na última reunião havia sido sugerido que os participantes trouxessem os devidos acréscimos de definições para o referido anexo.

Inicialmente, na discussão do item 2 - *Definições*, houve uma explanação sobre a definição de *GES (Grupo de Exposição Similar)*. Verificou-se também que está faltando a definição de *Range*. Trajano perguntou se o fator gravidade estaria sendo atrelado à norma para quem trabalhou com o cianeto. Por sua vez, Lênio explicou e concluiu que o trabalho trata apenas de poeiras minerais e o cianeto está na classificação de gases ou vapores. No entanto, informou que o cianeto seria considerado no valor teto.

Aguinaldo comentou que tinha dúvida sobre quais profissionais estariam sendo contemplados pelo Anexo I, e que entendia que esses profissionais acabariam por constar apenas nas grandes empresas e não nas pequenas. Hermano interferiu e explicou que está sendo inserida na norma a obrigatoriedade de uma capacitação para se realizar as atividades. Aguinaldo discordou, alegando que a bancada dos trabalhadores estava se sentindo prejudicada, pois a empresa acabaria por ser a responsável por escolher quem deveria fazer as medições. Depois questionou novamente sobre como ficaria a situação dos trabalhadores. Hermano lembrou sobre a capacidade de intervenção do Ministério Público, caso as empresas estivessem cometendo irregularidades quanto à escolha de profissionais. Lênio explicou que o MTE estaria trabalhando na melhoria da capacitação de profissionais que executam estas atividades dentro das empresas, e que a Fundacentro teria uma proposta para 2014 sobre o tema. Márcia observou que na NR-35 havia menção sobre a necessidade de o profissional ter proficiência nos assuntos, levantando a questão sobre essa proficiência ser ou não necessariamente de um profissional habilitado. Depois ela informou que havia parcerias do SESI e SEBRAE que considera muito produtivas para as empresas. Lênio considerou a importância de haver uma atuação nas escolas que formam esses profissionais, por meio do MEC. Hermano, por sua vez, sugeriu que fosse então incluída a definição de julgamento profissional. Lênio informou que esta definição estaria na NR-01, que também passa por processo de discussão, propondo deixar a definição para a mesma. Houve discordância e o grupo decidiu que esta definição deveria estar incluída na proposta do anexo. Davi sugeriu buscar a experiência da Galvani para apresentar a definição. Após isso, a reunião foi encerrada, com a decisão de que algumas pendências seriam finalizadas na reunião do dia seguinte.

No dia 28/11/2013, foi iniciada por Lênio, Coordenador Substituto, a continuação da 19ª Reunião da CPNM e SPNMG, com a retomada do dia anterior, quando este lembrou ao grupo que havia ficado algumas pendências sobre as quais ele havia buscado algumas informações. Primeiro Lênio citou o item 4.3.2.1, explicando uma pequena correção que deveria ser feita. Em seguida, sobre a pendência acerca do conceito de *julgamento ou decisão profissional*, Lênio informou que havia 3 conceitos possíveis de serem transpostos ou adequados a esta definição, os quais explicou brevemente. Resumidamente, Carolina e Hércules opinaram que o fundamento jurídico da definição do CREA era equivocado, concordando que estaria correto apenas para uma reserva de mercado. Lênio reafirmou a possibilidade de definição na NR-01, que contemplaria este assunto. Já o conceito de julgamento

profissional conforme proposto pelo Davi, foi considerado pelo grupo como mais tecnicamente fundamentado. Após as explanações sobre os diferentes conceitos, Lênio comentou que seria melhor, devido aos muitos pontos divergentes que surgiram sobre os mesmos, que esta definição ficasse em aberto para ser decidida em uma terceira reunião, solicitando a todos que as estudassem até lá.

Continuando a reunião, Lênio informou que o *Quadro 1 - Resumo dos critérios de julgamento da aceitabilidade das exposições e priorização das ações* está com alguns erros (diferenças em relação ao texto) que precisam ser revistos, trabalho que seria feito com a supervisão do Mário Parreiras.

Em relação ao item 5 - *Proteção Respiratória*, Lênio informou que o Hermano e o Davi haviam consultado, mas não encontraram os dados que procuravam, e em seguida os dois acrescentaram algumas observações sobre equipamentos de proteção respiratória. Hermano propôs deixar este assunto para a próxima reunião para trazer o embasamento técnico necessário. Márcia sugeriu manter o primeiro parágrafo do item, pois ele já cita a normatização que trata sobre os equipamentos, deixando demais informações para o segundo parágrafo, como a citação da nova norma de proteção respiratória, que já irá contemplar outros embasamentos técnicos sobre o tema, não havendo, portanto, a necessidade de repeti-los em outra norma.

A parte da reunião relacionada aos assuntos da CPNM acabou com o término da leitura da ata. Logo em seguida, alguns participantes solicitaram que a presente ata fosse enviada em tempo hábil e suficiente para o estudo das partes interessadas. Em seguida, Lênio passou a palavra para Márcia, que passou a discorrer sobre as ações da SPNMG.

Márcia iniciou informando que, conforme havia sido acordado na reunião anterior, o grupo definiu um estudo e um cronograma de reuniões da SPNMG. Para a próxima reunião, foi criada uma pauta de assuntos a serem discutidos, com os itens a seguir descritos, sendo que as bancadas poderiam enviar suas contribuições para serem inseridas até 30 dias antes da data da reunião: 1) Conteúdo inicial a ser revisado - capacitação; 2) Requisitos técnicos; 3) Equipamentos; 4) Containers e 5) Revisão geral do conteúdo vigente. Márcia concluiu que seria fundamental que fosse dado conhecimento em nível nacional do conteúdo que se pretende revisar, para que o tema realmente esteja aberto a contribuições. Lindomar comentou sobre a experiência adotada em sua empresa, sobre treinamento interativo, que teve um resultado muito bom para o entendimento dos profissionais sobre a atividade, se prontificando a trazer um modelo deste treinamento como ilustração.

Carolina pediu para constasse em ata o pedido para fiscalização administrativa dos cursos de segurança e saúde no trabalho.

Lênio encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos, sugerindo como pauta da próxima reunião: as pendências que ficaram de ser trazidas; as propostas de modificação da NR-22 (que deveriam ser encaminhadas para o Mário); e a conclusão da modificação do Anexo I.